



Santa Casa
da Misericórdia

Sobral
de Monte
Agraço

75anos
ao serviço
da comunidade

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO

ANO
2024

Santa Casa da Misericórdia do Sobral de Monte Agraço

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA (1/2025)

Nos termos da alínea b), do nº 2, do Art.º 22º do Compromisso, convoco uma Assembleia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço.

Para o bom andamento dos trabalhos, a Assembleia Geral decorrerá nas instalações do edifício sede, sito no Alto dos Fetais, Sobral de Monte Agraço, no dia 28 de março de 2025, sexta-feira, a partir das 19:30 horas e terá a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um – Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas relativos ao exercício de 2024.

Ponto dois – Diversos.

Nos termos do n.1 do artigo 24º do Compromisso, a assembleia efetuar-se-á à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito a voto, ou 30 minutos depois com os irmãos presentes.

Sobral de Monte Agraço, 10 de março de 2025.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado)



**ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL
DE MONTE AGRAÇO, ELEITOS NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2021**

QUADRIÊNIO 2022/2025

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado, Presidente

João Manuel Lopes Biencard Cruz, Vice-Presidente

Fernando José dos Prazeres Correia, Secretário

MESA ADMINISTRATIVA:

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, Provedor

Francisco José Ribeiro Amaral Lúzio, Vice-Provedor

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, Secretária

Jorge Miguel Maurício Correia, Tesoureiro

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, Vogal

Norberto Augusto Seixas, Suplente

Amílcar Leitão da Silva, Suplente

Joaquim Abel Amado Miranda, Suplente

DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

Francisco José Machado Nogueira, Presidente

Joana Botelho Correia, Vice-Presidente

António Manuel Teixeira Figueiredo, Secretário

Maria Emília Ferreira Lima, Suplente

Susana Maria Santos Correia Marques Bernardes, Suplente

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques, Suplente



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** (a Instituição), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 2.376.325 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.507.608 euros, incluindo um resultado líquido negativo 44.951 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 7 de março de 2025

Carrilho & Associados, SROC, LDA

(n.º 349 e registada na CMVM com o n.º 20220015)

Representada por,



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

ROC n.º 1558 e registado na CMVM com o n.º 20161168

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Para cumprimento das obrigações legais e do Compromisso da Irmandade, designadamente quanto ao seu artigo 31º, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, vem apresentar a V. Exas o seu parecer.

NOTA PRÉVIA

Os conflitos bélicos na Europa e no Médio Oriente, bem como as eleições presidenciais no Estados Unidos, marcaram a agenda em 2024. As políticas protecionistas adotadas por Trump iram condicionar as relações entre os países.

Em Portugal a Aliança Democrática, liderada pelo PSD, ganhou as eleições. Luis Montenegro formou governo sem maioria absoluta, esta situação de fragilidade levou a nova queda de governo em Março de 2025.

ÂMBITO

Apreciámos o relatório de gestão, elaborado pela Mesa Administrativa, que identifica a atividade desenvolvida pela Casa no ano de 2024 e detalha as contas da Instituição.

Analisámos as contas, expressas nas demonstrações financeiras – Balanço, Demonstração de Resultados e respectivo anexo, elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL).

Desta análise destacamos os seguintes pontos:

- Um aumento dos gastos com energia de quase 15 mil euros. Verificou-se também um acentuado aumento dos gastos com pessoal de quase 15%, fruto do aumento dos salários e de novas contratações.
- Em termos dos rendimentos diretos – quotas dos utentes e comparticipação da SS, o crescimento foi de apenas 4,7%
- Verifica-se um crescimento superior a 11% nos principais gastos e menos de menos de metade nos principais rendimentos (réditos) da Instituição.



- É urgente um maior controlo e contenção nas contas de gastos da Instituição.
- Em termos financeiros, verifica-se que o passivo não corrente (de medio longo prazo) diminuiu 140 mil euros, fruto da diminuição do ativo corrente – 130 mil euros. Esta situação levou a uma degradação muito significativa na liquidez da instituição.
- É urgente um maior controlo e contenção nas contas de gastos da Instituição.

Apreciamos a Certificação Legal de Contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas *Carrilho & Associados, SROC, SA*, que não apresenta qualquer referência adversa às contas, traduzidas nas Demonstrações Financeiras.

Analisámos também a proposta de aplicação de resultados.

Assim, o Conselho Fiscal no uso dos poderes que lhe foram conferidos, vem emitir e submeter à Assembleia-Geral o seguinte parecer:

PARECER

1º. Que a Assembleia Geral aprove o Relatório, Balanço e restantes Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024;

2º Que a Assembleia Geral aprove a proposta de aplicação de resultados.

Sobral de Monte Agraço, 23 de Março de 2025

O CONSELHO FISCAL

Francisco José Machado Nogueira (Presidente)

Francisco José Machado Nogueira

Joana Botelho Correia (Vice-Presidente)

Joana Botelho Correia

Antonio Manuel Teixeira Figueiredo (Secretário)

Antonio Manuel Teixeira Figueiredo

Maria Emília Ferreira Lima (1º Suplente)

Maria Emília Ferreira Lima

Susana Maria Santos Correia Marques Bernardes (2º Suplente)

Susana Bernardes

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques (3º Suplente)

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques



Relatório de Gestão 2024

1. Nota Prévia

Este relatório é elaborado pela Mesa Administrativa que tomou posse em 31 de Janeiro de 2022 para assunção de funções no quadriénio 2022-2025.

2. Introdução

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, nomeadamente a alínea e) do artigo 27º do Compromisso, a Mesa Administrativa elaborou o relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2024, que vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, nos termos da alínea c) do artigo 21º do mesmo Compromisso

3. Enquadramento Geral

Num mundo “habitado” à guerra o ambiente económico mundial não foi especial e negativamente afetado ou pelo menos mais do que já tinha sido. Em Portugal até se pode dizer que ponto de vista macro a situação evoluiu muito favoravelmente com a queda da dívida e crescimento do PIB. A inflação – esse imposto “oculto” – regrediu de 4,3% para 2,4%. Acentuou-se a pressão para o aumento dos salários e ao mesmo tempo a dificuldade de recrutamento, transversal a toda a economia.

4. Sumário Executivo do Ano

Ano marcado pela comemoração dos 75 anos. Foram momentos altos o almoço solidário de Setembro, os dois passeios de Funcionários a Évora em Junho e Outubro, a missa de Ação de Graças em Dezembro e finalmente, mesmo a terminar o ano, o lançamento do magnífico livro da nossa história.

Vivemos mais um ano com paz social. Essa vivência não é adquirida, antes conquistada e merecida. O trabalho diário numa Misericórdia é duro, tenso e não isento de riscos; e nem sempre estamos todos de acordo. Mas “respira-se” na nossa organização, respeito e ética no trabalho.

Pudemos reforçar a equipa. O efetivo médio de pessoal ao serviço foi crescendo ao longo do ano de 70 (inicial) para 75 (final). Isso foi especialmente claro no crítico setor dos Cuidados em que atingimos o final do ano com 47 profissionais, portanto, quase o efetivo ótimo que está calculado em 48 cuidadoras.

O **Absentismo** médio anual foi 4,0%; se apenas considerados os Cuidados foi maior: 5,3%. Ainda assim francamente abaixo dos valores do SNS (11,5%). No decorrer do ano entraram 24 pessoas e saíram 19, o que conduz a uma taxa anual de rotatividade elevada: 26,3%.

As atividades de Animação – a par da Fisioterapia – fazem TODA a diferença no bem-estar diário dos nossos residentes. As nossas Newsletter estão recheadas de exemplos. Uma merece um destaque especial: o projeto intergeracional, onde a convite da Associação Popular de SMA



“trocámos” visitas e interação social entre os nossos lares e o jardim de infância local. Foi, diz quem o viveu, enriquecedor e comovente.

As **Jornadas de Saúde** viveram a sua 4ª edição, desta feita dedicadas ao tema “A Saúde: pessoas distintas, visões diferentes”. Partilhou-se conhecimento e acrescentou-se notoriedade à nossa organização.

Os **KPI (Key Performance Indicators)** completaram os primeiros 12 meses de vida. Esta ferramenta de gestão mede mensalmente/trimestralmente o desempenho em áreas consideradas críticas induzindo medidas corretivas (exemplo: indicadores de saúde, atividade da animação, controlo RH, reclamações, resultados económico-financeiros). Ao mesmo tempo dinamiza o trabalho de equipa entre quadros superiores e mesa administrativa.

Prosseguimos com os **Investimentos necessários** à modernização da operação, entre outros: máquina de lavar de 32 kg (€ 20.156), forno convetor (€ 6.679), fotocopiadora (€ 4.846), camas + colchões (€ 6.071).

O **Serviço da Dívida** esgota-nos financeiramente: em 2024 entre amortizações de capital e pagamento de juros foram € 194.000. A Mesa Administrativa levou à AG de Novembro uma proposta de destaque (e venda) de uma parcela no terreno do LGD; a mesma foi aprovada num âmbito de procura da melhor oferta devendo a mesma vir a ser ratificada em AG para o efeito.

A 2ª edição do **Mealheiro Solidário** foi – à semelhança da anterior – um sucesso. Conseguimos angariar € 22.415 que destinaremos, como previsto, à aquisição de equipamento de reabilitação.

A **Bolsa de Beneficentes** foi enriquecida com 6 empresas, contando agora com um total de 7. Representa uma receita adicional anual de € 6.600 e tem potencial para crescer pese embora exija tempo e perseverança. Partimos perto do zero no que diz respeito a esta sensibilização junto do tecido empresarial e leva tempo a criar hábitos e consolidar resultados.

A **relação com o ISS** prosseguiu no tom habitual: cordial, profissional, mas com resultado nulo (e frustrante) naquilo que é a nossa pretensão: reconhecimento pelo Regulador da nossa capacidade funcional para alojar em NSV até 80 pessoas. Na ausência desse reconhecimento viveremos sempre em situação de incumprimento legal; que não funcional pois dispomos dos meios humanos e materiais para tal. E, portanto, é nosso entendimento ser a nossa posição razoavelmente defensável.

Mas é uma posição delicada pois naturalmente não podemos “hostilizar” quem assegura quase 40% da nossa receita total.

Em 31/Dezembro somos 133 Irmãos.

A AG de Novembro aprovou a redução da quota anual dos até então € 60 para uma quota (mínima) de € 24. Isto, paradoxalmente, num ano onde simultaneamente se atingiu uma receita record de € 7.884 e um valor mínimo histórico de atrasos de € 2.794.

Pela primeira vez em 7 anos de gestão desta Mesa Administrativa o resultado económico é negativo. Longe de servir de justificação será, porém, pertinente recordar que esta é a realidade – quase a inevitabilidade – da gestão destas Casas. Aquilo que se alcançou nestes últimos anos foi extraordinário.

A ausência de excedente de exploração leva à interrupção de uma sequência de 5 anos seguidos a distribuir um prémio de final de ano à nossa equipa.

5. Aspetos Económico-Financeiros

O quadro abaixo representa uma Demonstração de Resultados não na ótica do Plano Oficial de Contabilidade (POC) mas antes adaptada a uma leitura mais próxima de nossa realidade e por isso muito mais útil e compreensível.

Da sua leitura chama imediatamente à atenção que o resultado económico negativo não se explique, como normalmente acontece, pela quebra das receitas. Estas de facto crescem e em todas as suas origens. O resultado negativo explica-se sim no crescimento dos Gastos a um ritmo superior das Receitas.

Concluindo: em termos absolutos os mais € 150 mil de Receitas não acompanharam os mais € 201 mil de Gastos.

DR	2024	2023	2022	24 v 23
RECEITAS	€ 2 071 625	€ 1 921 156	€ 1 774 251	7,8%
Prestação Serviços	€ 1 070 659	€ 1 026 256	€ 948 870	4,3%
Apoios Públicos	€ 801 913	€ 761 701	€ 707 269	5,3%
Particulares, Empresas, Instituições	€ 87 780	€ 45 681	€ 19 125	92,2%
Outros Rendimentos	€ 111 273	€ 87 518	€ 98 987	27,1%
GASTOS	€ 2 116 576	€ 1 914 574	€ 1 773 145	10,6%
Alimentação (só géneros)	€ 210 349	€ 204 726	€ 164 954	2,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	€ 334 036	€ 320 883	€ 346 186	4,1%
Pessoal	€ 1 390 605	€ 1 210 911	€ 1 126 915	14,8%
Outros Gastos	€ 13 972	€ 7 741	€ 6 695	80,5%
Juros	€ 31 249	€ 33 136	€ 15 128	-5,7%
Amortizações	€ 136 365	€ 137 177	€ 113 267	-0,6%
RESULTADO	€ (44 951)	€ 6 582	€ 1 106	

Um pouco de detalhe permite também observar, conforme abaixo.

Nas Receitas:

1. **A Prestação de Serviços** (são as nossas vendas) cresceram 4,3% para igual frequência média. Logo, aumentou a receita média por residente (em 2024 são € 793, Extra Acordo incluído, um progresso de 2,9%)
2. **Os Apoios Públicos (ISS e IEFP)** cresceram 5,3%. O dobro da inflação.
3. **Os Particulares, Empresas e Instituições** quase dobraram o valor transferido com mais € 42 mil do que em 2023. Em termos absolutos aproximamo-nos com rapidez dos € 100 mil/ano. Notável, à luz do que (não) era no passado.



A campanha “Reforço de Marca” nas suas diferentes vertentes (eventos para angariação, mealheiro solidário, bolsa de benfeitores, sensibilização de particulares, etc.) dá os seus frutos e representará cada vez mais a diferença entre um ano no vermelho ou não.

4. **Os Outros Rendimentos** cresceram 27,1% e isso deve-se ao efeito combinado de múltiplos crescimentos doutro tipo de receitas que não donativos. Por exemplo produtos de saúde, efeito do novo contrato de concessão da Praça de Touros, correções (favoráveis) relativas a exercícios anteriores, recuperação de saldos credores de clientes.

Nos Gastos:

1. **Na Alimentação** conseguimos desacelerar o crescimento que vínhamos a constatar nos últimos anos.
2. **Os Fornecimentos e Serviços Externos** cresceram 4,1%, alavancados pela “derrapagem” nos custos da Eletricidade, com a Conservação e Reparação dos imóveis e em produtos Limpeza/Higiene/Conforto.
3. **A conta de Pessoal**, prestadores de serviços incluídos, cresceu 14,8%. É um aumento muito significativo que resulta do efeito combinado do aumento de 8% do SMN, demais aumentos e crescimento do efetivo. Vale a pena referir, apesar de ser uma tecnicidade, que o aumento seria menor se descontado o acerto (penalizador), relativo a 2023, da conta de acréscimos.
4. **Os juros** em queda refletem a diminuição da taxa EURIBOR 6 meses, de 4,065% para 2,788% (médias anuais).

Abaixo a **evolução do custo médio por residente**. Nos últimos 6 anos cresceu 44%.

Nota: o valor referencia para efeitos de negociação 2025 em sede de concertação Governo (ISS) / Instituições Sociais são € 1.629

2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
€ 1 097	€ 1 167	€ 1 185	€ 1 312	€ 1 362	€ 1 428	€ 1 582

O cálculo acima considera a média das respostas sociais com e sem Acordo ISS, ponderada pela quantidade (frequência)

O fluxo de caixa – Tesouraria – degradou-se muito no decorrer de 2024 tendo terminado o ano com menos € 132 mil do que começou. Aliás, houve que recorrer à “facilidade” do Descoberto Autorizado. A última vez tinha sido em 2020.

No quadro abaixo “sente-se” muito bem a pressão acima referida; existe um défice mensal entre entradas e saídas de € 12 mil.

O que temos como certo? Que as saídas (fornecedores, salários, impostos, etc.) continuarão a aumentar;

E o que podemos fazer? Trabalhar nas entradas o que depende nós: mensalidades (efeito “limitado”), donativos (sempre incertos), mas sobretudo o serviço da dívida. Se, por hipótese, conseguirmos reduzir em 1/3 as amortizações de capital o cenário melhora francamente. Dai a importância do dossier “Destaque LGD”.

	€		mensal	v REAL 23
Posição Inicial 1/1/2024	€	113 809		
+ Recebimento de Clientes	€	1 242 008	€ 103 501	4,6%
+ Recebimento ISS	€	754 656	€ 62 888	-0,9%
+ Alienações Património	€	1 875		
+ Rendas	€	6 000	€ 500	284,6%
+ Empréstimos	€	-		
+ Descoberto autorizado	€	147 353	€ 12 279	
+ Outros recebimentos	€	127 741	€ 10 645	66,4%
Sub-Total Recebimentos	€	2 279 633		
- Pagamento a fornecedores	€	(663 956)	€ 55 330	0,5%
- Pagamento MO Terceira	€	-		
- Pagamento de Honorários Enf./Med.	€	(29 020)	€ 2 418	-6,9%
- Pagamento de Honorários Cuidados	€	(240)	€ 20	-97,5%
- Pagamento de Honorários Outros	€	(11 901)	€ 992	16,1%
- Pagamento ao Pessoal Quadro	€	(906 186)	€ 75 516	20,2%
- Amortização de empréstimos	€	(162 546)	€ 13 545	1,1%
- Pagamento descoberto autorizado	€	(125 227)	€ 10 436	
- Juros	€	(31 375)	€ 2 615	-5,3%
- Impostos	€	(402 870)	€ 33 573	8,2%
- Outros pagamentos	€	(55 328)	€ 4 611	-53,9%
Sub-Total Pagamentos	€	(2 388 650)		
Posição Final 31/12/24	€	4 793		

Uma última referencia para o facto de a **divida bancária** a 31/12/24 finalmente estar abaixo do meio milhão de euros, mais precisamente € 483.675. Valor ainda expressivo mas já muito longe daquele com que iniciámos em 1/1/2018: € 1.170.975.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício de 2024 apresenta um resultado líquido negativo de € 44.950,79 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta euros e setenta e nove cêntimos) o qual se propõe seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

7. Conclusão

Um ano pleno de trabalho, boas notícias e realizações..., mas que termina com o sabor amargo de um resultado económico negativo, uma absoluta novidade nestes quase dois mandatos completos. As razões, cremos, estão bem explicadas acima.

No que depende de nós – e há muita coisa que nos “escapa”, convém referi-lo – estarmos já a trabalhar em 2025 para inverter o rumo dos acontecimentos.

Nomeadamente a aplicação de um mix de soluções que passa pelo aumento gradual das mensalidades, pela diminuição do serviço da dívida, pelo continuo controlo dos gastos gerais e, finalmente, pela consolidação e crescimento da receita com donativos.

Agradecemos a todos que nos acompanham nesta jornada.



Santa Casa
da Misericórdia

Sobral
de Monte
Agraço

75anos
ao serviço
da comunidade

A Mesa Administrativa

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, provedor

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio, vice-provedor

Jorge Miguel Maurício Correia

Jorge Miguel Maurício Correia, tesoureiro

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, secretária-geral

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, vogal

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 207 535,88	2 291 062,14
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		18 544,46	0,00
Investimentos financeiros		17 501,86	17 501,86
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 243 582,20	2 308 564,00
Ativo corrente			
Inventários	6	25 845,67	31 701,72
Créditos a receber	7	69 590,95	89 072,36
Estado e outros Entes Públicos	13	12 355,68	4 991,87
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	8	6 681,75	4 429,33
Outros ativos correntes	9	14 455,14	17 224,00
Caixa e depósitos bancários	4	3 813,58	114 139,19
		132 742,77	261 558,47
Total do Ativo		2 376 324,97	2 570 122,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	148 922,83	148 922,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	10	1 081 691,93	1 075 110,06
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15	321 944,03	329 591,31
Resultado líquido do período		-44 950,79	6 581,87
Total dos fundos patrimoniais		1 507 608,00	1 560 206,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	301 782,77	462 464,46
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		301 782,77	462 464,46
Passivo corrente			
Fornecedores	12	75 944,86	85 540,32
Estado e outros Entes Públicos	13	40 421,77	27 698,41
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	181 892,69	162 416,68
Diferimentos		0,00	18 617,52
Outros passivos correntes	12	268 674,88	253 179,01
		566 934,20	547 451,94
Total do passivo		868 716,97	1 009 916,40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 376 324,97	2 570 122,47

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Luís Carlos A. L. B. P. M. M. T. M.

Miguel C. F. F.

João Miguel M. M.

M. B. B. B.

Sofia Heiweles Santos

Gastos		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	21.200,33	18.744,26	18.772,61	16.573,74	22.136,07	19.249,23	18.054,01	19.249,23	15.766,53	14.222,16	16.849,88	15.410,51	48.835,30	0,00	245.814,63
62	35.816,71	27.422,40	35.280,03	34.953,32	28.110,62	30.750,26	31.760,02	31.760,02	27.446,43	25.368,91	32.687,89	37.352,72	44.546,55	0,00	391.495,86
63	104.864,44	98.230,43	93.441,39	102.446,61	106.309,01	107.867,55	100.152,36	100.152,36	104.093,71	131.066,71	108.934,36	122.164,61	153.574,05	0,00	1.333.145,23
64	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	11.038,72	14.938,95	0,00	136.364,87
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	580,01	212,28	532,64	2.210,50	1.733,24	5,75	5,75	0,00	0,00	8,28	725,00	0,00	7.964,53	0,00	13.972,23
69	2.985,76	2.950,61	2.884,49	2.821,81	2.759,03	2.725,13	2.725,13	2.566,92	2.461,04	2.400,60	2.340,04	2.279,38	2.215,58	0,00	31.390,39
	176.485,97	158.598,70	161.949,88	170.044,70	172.086,69	170.441,42	170.441,42	164.767,25	160.806,43	184.105,38	172.575,89	188.245,94	272.074,96		2.152.183,21

Rendimentos		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	165.723,05	153.648,27	146.581,86	150.253,49	147.000,99	150.362,02	150.362,02	159.828,85	146.740,94	153.685,73	172.695,48	153.057,16	158.054,29	0,00	1.857.632,13
73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	2.027,49	4.055,21	14.382,14	7.845,05	5.915,44	5.335,19	5.335,19	2.004,41	4.522,95	43.917,82	10.754,84	7.986,59	48.977,83	0,00	157.724,96
76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	11.014,31	4.499,48	5.892,22	4.442,26	5.273,92	4.400,29	4.066,67	4.066,67	3.979,00	3.995,61	4.081,79	4.325,81	35.762,99	0,00	91.734,35
79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,58	36,58	0,00	0,00	104,40	0,00	0,00	0,00	0,00	140,98
	178.764,85	162.202,96	166.856,22	162.540,80	158.190,35	160.134,08	160.134,08	165.899,93	155.242,89	201.703,56	187.532,11	165.369,56	242.795,11		2.107.232,42

Resultados		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
81	2.278,88	3.604,26	4.906,34	(7.503,90)	(13.896,34)	(10.307,34)	(10.307,34)	1.132,68	(5.563,54)	17.598,18	14.956,22	(22.876,38)	(29.279,85)	0,00	(44.950,79)

Luis Carlos Almeida R. da P. Silva
por que não se dá
devidos a José Joaquim de Jesus
Ul. Ballard
Sofia Heleles Santos

espero c. Ant

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

NOTAS	RESPOSTAS SOCIAIS										Total 2024	Total 2023
	Lar LGD	Lar Sede	Centro de Dia	SAD	Extra Acordo	Cantina Social	B. Aj. Técnicas					
14	429 290,02	916 222,04	106 277,92	108 639,07	279 041,08	18 162,00	0,00			1 857 632,13	1 032 234,42	
15	31 544,98	70 976,45	9 463,50	14 195,35	31 544,68	0,00	0,00			157 724,96	853 648,81	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
6	(49 162,91)	(110 616,68)	(14 748,87)	(22 123,31)	(49 162,86)	0,00	0,00			(245 814,63)	(241 088,41)	
16	(83 757,53)	(189 395,51)	(17 559,15)	(20 178,31)	(80 605,36)	0,00	0,00			(391 495,86)	(383 304,62)	
17	(313 976,30)	(635 031,96)	(27 894,81)	(84 384,98)	(271 857,18)	0,00	0,00			(1 333 145,23)	(1 148 489,37)	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
14	19 188,58	47 044,61	2 929,97	4 170,74	15 699,45	1 384,00	1 317,00			91 734,35	71 301,86	
18	(2 342,88)	(5 304,40)	(702,88)	(1 054,32)	(4 567,75)	0,00	0,00			(13 972,23)	(7 741,24)	
	30 783,96	93 894,55	57 765,68	(735,76)	(79 907,94)	19 546,00	1 317,00			122 663,49	176 561,45	
5	(8 558,89)	(75 541,92)	(11 240,89)	(11 070,08)	(29 953,09)	0,00	0,00			(136 364,87)	(137 176,91)	
	22 225,07	18 352,63	46 524,79	(11 805,84)	(109 861,03)	19 546,00	1 317,00			(13 701,38)	39 384,54	
14	28,20	63,44	8,45	12,69	28,20	0,00	0,00			140,98	333,58	
18	(6 278,08)	(14 125,79)	(1 883,40)	(2 825,14)	(6 277,98)	0,00	0,00			(31 390,39)	(33 136,25)	
	15 975,19	4 290,28	44 649,84	(14 618,29)	(116 110,81)	19 546,00	1 317,00			(44 950,79)	6 581,87	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
	15 975,19	4 290,28	44 649,84	(14 618,29)	(116 110,81)	19 546,00	1 317,00			(44 950,79)	6 581,87	

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Luís Carlos A. e. M. de S. P. L. M. T. e. M.
Luís Carlos A. e. M. de S. P. L. M. T. e. M.
Luís Carlos A. e. M. de S. P. L. M. T. e. M.
Luís Carlos A. e. M. de S. P. L. M. T. e. M.

Luís Carlos A. e. M. de S. P. L. M. T. e. M.